

À

SENFFNET LTDA.

Sr. Luiz Carlos Beltzac

casiane.santos@senff.com.br / atendimento.licitacao@senff.com.br

(41) 3313-1863

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1230-19 - Fornecimento e distribuição de cartões, com chip de segurança, de refeição e alimentação aos empregados e diretores da Itaipu e empregados da Fundação Itaipu Brasil de Previdência e Assistência Social (FIBRA).

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido parcialmente deferido

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Neste contexto, a ITAIPU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço. Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, é regida por sua Norma Geral de Licitações, conforme consta do item 3 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feitas as considerações iniciais, e depois da análise da impugnação apresentada por V.S^a, passamos a responder a insurgência e/ou pedidos nos seguintes termos:

I. Quanto à exigência de chip de segurança no cartão:

A alegação da impugnante é improcedente. No Brasil é notória a expressiva incidência de clonagens de cartões magnéticos, demandando do setor investimentos em soluções tecnológicas que garantam a segurança das transações financeiras. Neste sentido, a grande maioria dos bancos e operadores de cartões de crédito utilizam cartões eletrônicos com tecnologia chip, em detrimento dos com tarja magnética, em desuso.

Além disso, essa tecnologia está disponível para todos no mercado (desde que haja o devido investimento), não podendo a ora Impugnante alegar eventual limitação ou inibição à concorrência.

Na ITAIPU, experiências anteriores com a utilização de cartões com tarja magnética resultaram temerárias, pois vários cartões foram clonados, causando constrangimento aos beneficiários (cartões sem saldo no momento de pagar alimentos ou refeições), e além de sobrecarga na gestão do benefício, fato que exigiu demanda adicional de mão de obra somente para atender os casos ultrajantes, além de retrabalho para o reenvio de cartões em substituição aos clonados.

Por fim, cabe ainda ressaltar que existe no mercado um grande número de empresas que fornecem cartão eletrônico com chip de segurança.

II. Quanto ao rol de estabelecimentos conveniados:

A alegação da impugnante é parcialmente procedente.

Primeiramente cumpre observar que o credenciamento dos estabelecimentos obrigatórios das Especificações Técnicas, não é uma exigência de habilitação, mas tão somente uma obrigação da CONTRATADA na execução do contrato.

Além disso, a ITAIPU poderá exigir da CONTRATADA o credenciamento de determinados estabelecimentos. Neste caso, a CONTRATADA deverá credenciar o comércio em 30 (trinta) dias corridos, podendo o prazo ser prorrogado, desde que apresentada justificativa plausível e aceita pela ITAIPU, conforme subitem 6.3 das Especificações Técnicas.

Não obstante, a ITAIPU revisou o rol de estabelecimentos, conforme Aditamento 2.

Por fim, importante ressaltar que os estabelecimentos exigidos nas Especificações Técnicas estão localizados nas regiões com o maior número de usuário. Deste modo, para um atendimento adequado, é imprescindível o credenciamento dos referidos comércios, do contrário, os usuários (e não a ITAIPU) estariam prejudicados, pois teriam que se deslocar para outras localidades do município para utilização do benefício.

Assim, diante da razão imposta, propugna-se por reconhecer a improcedência à impugnação apresentada por V. S^a, portanto, solicitamos a gentileza reporta-se ao Aditamento 2 ao Caderno de Bases e Condições, que será publicado por ITAIPU na data de hoje, disponível no endereço <http://www.itaipu.gov.br/licitacoes/licitacoes-em-curso-licitaciones-en-curso-tenders-underway>.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasfoz@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,


Flávio Ricardo Nascimento
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____